Nós do Quarto Distrito; Drowning in Laws; Construção de Classe; Linhas de Montagem; Em Busca da Terra da Promissão; Operários Sem Patrões

David McCreery

Alexandre Fortes. **Nós do Quarto Distrito:** a classe trabalhadora Porto-Alegrense e a Era Vargas. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2004, 459 p.

John D. French. **Drowning in Laws:** Labour Law and Brazilian Politica Culture. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2004, XV + 232 p.

Beatriz Ana Loner. **Construção de Classe:** operários de Pelotas e Rio Grande (1888 – 1930). Pelotas/RS: Editora e Gráfica Universitária, UFPel, 2001, 446 p.

Antonio Luigi Negro. **Linhas de Montagem**: o industrialismo nacional desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores. São Paulo: Boitempo, 2004, 332 p.

Benito Bisso Schmidt. **Em Busca da Terra da Promissão:** a História de dois líderes socialistas. Porto Alegre: Editora Palmarinca, 2004, 509 p.

Fernando Teixeira da Silva. **Operários Sem Patrões**: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras. Campinas: Editora Unicamp, 2003, 475 p.

DÁDIVA DO DEMÔNIO*

As últimas duas décadas testemunharam uma firme e crescente produção de conhecimento sobre o trabalho industrial brasileiro nos séculos XIX e XX.¹ Grande parte destes trabalhos surgiu em programas de pós-graduação em história social e econômica da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP),

^{*} Este título foi emprestado do ótimo livro de James Handy sobre a Guatemala, *Gift of the Devil* (Boston, 1984). Os livros analisados aqui foram todos publicados em português, com exceção do livro de John French, *Drowning in Laws*, do qual boa parte está publicada em *Afogados em leis: A CLT e a cultura política dos Trabalhadores Brasileiros* (São Paulo, 2001). Um pouco datado, mas ainda uma boa introdução sobre a literatura do trabalho no Brasil é o texto de John French e Alexandre Fortes, *Urban Labor in Twentieth Century Brasil* (Latin American Institute, University of New México, Albuquerque, 1998).

Tradução: Samuel Fernando de Souza [N.T. Este artigo/texto foi publicado originalmente em *Social History*, vol. 33, n. 1, February, 2008].

¹ Uma busca no catálogo da biblioteca da Universidade do Texas-Austin com os termos "Brasil+labour" resulta em 465 entradas – incluindo algumas repetições – dois terços publicados a partir do início da década de 1980.

muitas vezes estimulados por professores que experimentaram a ditadura militar e a repressão à organização dos trabalhadores dos anos 1960 e 1970 (e alguns dos quais participaram do renascimento do sindicalismo no final dos anos 1970). Estes estudos, incluindo os livros aqui analisados, abordam uma ampla variedade de tópicos, incluindo a formação e a consciência e classe, etnicidade, formas de luta, organizações de trabalhadores, orientação ideológica dos sindicatos, formas de trabalho e atividades do Estado e empregadores. Como qualidades, estes trabalhos são resultados de pesquisas profundas, possuem densa argumentação e não se prestam a uma fácil sumarização. No entanto, quatro questões ou problemas predominam. Estas incluem um debate sobre a militância de trabalhadores antes de 1930 e a importância relativa da disputa entre socialismo e anarquismo: foram estes anos, como alguns supõem, os anos dourados de independência dos trabalhadores antes da intervenção estatal arruinar a sua causa? Uma segunda linha de inquérito pergunta se as leis trabalhistas da década de 1930, que culminaram em 1943 com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), foram uma dádiva (outorga) de um patriarca benevolente, Getúlio Vargas, ou uma "conquista" das lutas dos trabalhadores? Terceiro, desde o fim da Segunda Guerra Mundial até a década de 1960, desenvolveu-se em âmbito nacional e estadual um sistema político "populista", rotulado trabalhismo pelos analistas: foi isto uma manipulação de cima para baixo sobre o trabalhador ingênuo ou a participação política dos trabalhadores era resultado de escolha consciente, um esforço para ampliar o leque de possibilidades de atuação política? E, finalmente, em que medida o "novo sindicalismo" do pós-1964 e, particularmente, os acontecimentos que se seguiram ao ano de 1978, representam uma verdadeira ruptura com os objetivos, estratégias e táticas do passado trabalhista?

O final do século XIX e início do XX foi um período de confusões ideológicas tanto entre os líderes como entre os operários da emergente classe trabalhadora urbana do Brasil. A maioria dos trabalhadores, até então, só tinha experiência direta em assistência mútua ou associações culturais baseadas na etnia ou em torno da nacionalidade. Isto fica claro no livro *Em busca da Terra da Promissão* de Benito Bisso Schmidt, uma análise das carreiras de dois líderes "socialistas" em Porto Alegre, Francisco Xavier da Costa Custódio e Carlos de Araujo (também conhecido como Carlos Cavaco). Custódio absorveu idéias do socialismo europeu através dos alemães com quem trabalhou na indústria tipográfica. Ele também foi um autodidata clássico que lia muito, e de maneira eclética, não apenas Marx e Bertrand, mas

também, entre outros, Gorki, Liebknecht, Lombroso, Malons, Robespierre e Tolstoy. Custódio foi fortemente influenciado pelo positivismo dominante no Rio Grande do Sul daquela época. Surpreendentemente, talvez, o fato de ser mulato parece ter tido pouco efeito sobre a sua liderança e pode mesmo ter ajudado no seu papel auto atribuído de "ponte" entre os pobres urbanos e as elites políticas municipais e estaduais. Custódio acreditava que o capitalismo brasileiro era menos prejudicial que o europeu, mas era, no entanto, "imoral", e entendia que o socialismo era a defesa dos interesses do "bom trabalhador" através do suporte eleitoral a um partido político reformista. Isto contrastava com o abstencionismo e a violência, real ou imaginária, dos anarquistas. Mas, na realidade, o sistema eleitoral manipulado contra a participação popular, a hegemonia do PRR (Partido Republicano Riograndense) no Estado e a repressão policial deixaram pouco espaço para um efetivo envolvimento do trabalhador na política. Para Cavaco, um ex-militar que se tornou escritor, o socialismo parece ter significado pouco mais que justiça social e uma oportunidade para aprimorar sua oratória. A greve de 1906, em Porto Alegre, aproximou Da Costa e Cavaco e os socialistas asseguraram uma vitória. Mas os empregadores desrespeitaram os acordos que tinham assinado e, em 1911, os socialistas já haviam perdido o controle da principal confederação de trabalho do estado para os anarquistas.

Os conflitos entre anarquistas e socialistas e o desenvolvimento da organização da classe durante o primeiro quarto do século XX, no Rio Grande do Sul, também são o foco do livro de Loner, *Construção de Classe*, um estudo comparativo entre duas cidades na parte sul do estado, Pelotas e Rio Grande. Os elementos-chave identificados pela autora para diferenciar a história de trabalho nestas cidades incluem: a experiência com as associações, os tipos e tamanhos de indústria, etnia e a natureza das elites locais. De acordo com Loner, Pelotas beneficiou-se de uma elite mais velha e relativamente segura, disposta a realizar acordos, uma variedade de pequenas indústrias e uma longa história de associações. Por outro lado, em Rio Grande, os conflitos do trabalho tendiam a maior violência, consequência do predomínio de grandes empresas controladas por elites mais novas e incertas e da presença da mão-de-obra volátil que caracteriza o trabalho nos portos. Apesar do preconceito de raça e classe parecer mais forte em Pelotas que em Rio Grande, as associações de ajuda mútua e culturais de matriz étnico-cultural foram bastante comuns em ambas, especialmente entre os imigrantes alemães e italianos, e serviram como trampolim de entrada dos trabalhadores na política. Por outro lado, a autora considera que estas

associações desempenharam pequeno papel na formação política ou de classe entre a população minoritária negra.

Fortes, em *Nós do Quarto Distrito*, retoma muitos temas abordados por Loner, mas neste caso examina a cidade de Porto Alegre um pouco mais adiante, no século XX. Ali, o preconceito cultural e racial favoreceu fortemente os europeus, especialmente alemães, ou os descendentes "teuto-brasileiros", os quais controlavam os cargos de administração das grandes empresas locais como a companhia aérea VARIG e a têxtil Renner. Grupos subsequentes de imigrantes, como os polacos, tenderam à integração e tornaram-se "brasileiros" mais rapidamente do que os primeiros alemães e italianos devido à relativa falta de associações baseadas na cultura ou etnia. Conforme observou Schmidt, e depois Fortes, a percepção por parte dos trabalhadores de que os empregadores raramente honraram acordos laborais, juntamente com a contínua perseguição policial às lideranças, prejudicou os socialistas e, na segunda década do século, o apoio popular deslocou-se para os anarquistas. Os anarquistas, por sua vez, também foram vítimas da atenção policial depois de 1913-14, em especial durante uma série de greves fracassadas em 1918-19, e perderam a influência no movimento operário do estado durante a década de 1920.

Em Operários sem patrões, Silva encontra uma competição ideológica semelhante pela fidelidade dos trabalhadores na construção e dos portuários de Santos, o principal porto do estado de São Paulo. Se Santos era a "Barcelona" brasileira durante a década de 1910, até 1920 os comunistas faziam importantes incursões no trabalho organizado daquela localidade. O anarquismo latino-americano do começo do século XX atraiu, sobretudo, os artesãos, tais como os marmoristas de Porto Alegre, descritos por Schmidt, e em Santos incluía tanto os pedreiros, trabalhadores que detém os seus próprios instrumentos e encontram facilmente empregos alternativos, e os estivadores que orgulhosamente caracterizavam a si próprios como "trabalhadores sem patrões". De fato, durante um tempo os dois grupos conseguiram forçar o Closed Shop, assim como os estivadores no Rio de Janeiro, e isto era algo extraordinário para o Brasil do começo do século XX. O poder dos artesãos veio de sua capacidade de pressão sobre os pequenos empreiteiros que controlavam a maior parte da construção doméstica e a quem faltava capital para sobreviver à uma greve, enquanto os estivadores beneficiaram-se da concorrência entre empresas de transporte marítimo e da necessidade dos armadores em carregar e descarregar o mais rápido possível.

Silva atribui a derrota do anarquismo, e mais amplamente as falhas na organização dos trabalhadores no Brasil do primeiro quartel do século XX, a uma série de problemas. Estes incluem:

- 1. Espionagem e repressão policial: agentes infiltrados nas organizações de trabalhadores, dispersão de assembléias e piquetes, enquadramento de ativistas políticos em crimes comuns e expulsão ilegal de estrangeiros.
- 2. Divisões pessoais e ideológicas entre a liderança dos trabalhadores: a unidade dos trabalhadores portuários, por exemplo, foi particularmente debilitada pela ênfase na valentia, o que fomentou a violência interna.
- 3. A modernização da indústria e a tecnologia: embora o modo de carga / descarga dos navios tenha mudado pouco antes de 1930, o restante do trabalho no porto sofreu transformações, e as novas tecnologias e formas de organização tiveram um grande impacto na indústria da construção. A companhia construtora de Robert Simonsen implantou a construção padronizada de casas em Santos durante a guerra, bem como, substituiu empreiteiros independentes e artesãos por engenheiros / arquitetos e trabalhadores assalariados onde foi possível.
- 4. Capitalismo de bem estar: juntamente com os seus experimentos em taylorismo, Simonsen foi um defensor precoce do capitalismo de bem estar, embora tenha sido difícil convencer os seus companheiros industriais paulistas.
- 5. Nacionalismo e xenofobia: empregadores manipularam efetivamente estes valores para manter os trabalhadores uns contra os outros, especialmente durante a guerra, logo após a Revolução Russa e em períodos de recessão econômica.

A situação dos trabalhadores do Brasil começou a melhorar dramaticamente depois de 1930, como diz a lenda, por causa de mudanças na política estatal. A propaganda do período e posterior tem mostrado que Getúlio Vargas ("pai dos pobres"), membro da máquina política do Rio Grande do Sul que foi levado ao poder pela revolução 1930, criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) e os novos tribunais do trabalho, emitiu uma torrente de leis sobre o trabalho e juntou estas novas leis e agências em 1943 na CLT como resultado da sua consciência social e preocupação com o bem-estar dos trabalhadores, uma preocupação, deve-se notar, que não se estendia aos trabalhadores rurais. Essa foi a famosa *outorga*. Sem exceção, as pesquisas recentes rejeitam esta interpretação e French, em *Drowning in Laws*, nos lembra que Vargas, que esteve à frente

de uma severa ditadura militar em grande parte da década de 1930, suspendeu muitas leis trabalhistas durante a guerra e mostrou pouco interesse pelas preocupações dos trabalhadores mesmo após o seu retorno ao poder em 1950, pelo menos até que sua situação política começou a se deteriorar. Na medida em que desenvolvem este tópico, os livros aqui examinados concordam que Vargas começou a legislar sobre o trabalho como uma maneira de equilibrar e manter-se no poder no precário início dos anos 1930. Especificamente, ele buscou fortalecer a organização do trabalho sob orientação governamental e torná-lo uma força politicamente viável de apoio à sua luta contra a burguesia industrial de São Paulo. Durante estes anos, as suas ligações com os trabalhadores incluíam vários tenentes, sobreviventes das revoltas de jovens oficiais da década de 1920: General Miguel Costa, por exemplo, envolveu-se diretamente em vários conflitos trabalhistas em Santos no início dos anos 1930. Para as elites, no entanto, e não apenas a de São Paulo, uma legislação do trabalho avançada claramente representava idéias que estavam "fora do lugar" e resistiram fortemente a elas; na verdade, admitir a necessidade de tal legislação seria admitir a existência de um "problema social" em vez de simplesmente "um problema de polícia". ² Após o fracasso da insurreição de 1932 em São Paulo, no entanto, Vargas fez as pazes com as lideranças do estado, deixando de lado os seus adeptos mais radicais e passando as questões do trabalho para a agência local do Ministério do Trabalho, que era notoriamente corrompida e estava sob controle dos patrões.

Sob estas condições, os beneficiários mais óbvios da legislação de Vargas foram os sindicatos reformistas que ganharam terreno no final dos anos 1920 e agora buscavam ativamente o reconhecimento do governo. Ao mesmo tempo, porém, depois de um isolamento inicial, resultante das ordens recebidas da Internacional, os comunistas também começaram a juntar-se aos sindicatos existentes. No começo eles formaram "facções vermelhas", mas em 1934-35 os comunistas chegaram a liderar alguns dos sindicatos mais importantes, ao menos em Santos. Esta reviravolta nos acontecimentos, de acordo com Silva, mostra a contradição fundamental da política trabalhista de Vargas: para ser usado politicamente, os trabalhadores deveriam estar organizados, mas a organização somente poderia ser feita em torno dos interesses de grupo, o que inescapavelmente prepara o terreno para a consciência de classe e a luta de classe, minando qualquer aliança entre as

² O capítulo 7 de *Drowning in Laws* de John French examina a história do famoso aforismo do presidente Washington Luis.

classes conforme propunha a base ideológica do discurso varguista. Assim, French mostra, mesmo admitindo a imperfeição das formulações e o cumprimento incerto das leis do trabalho, que a legislação de Vargas abriu e sancionou legalmente, ainda que precariamente, um "espaço" de manobra para os trabalhadores.

Muitos observadores à época e desde então, no entanto, têm escolhido enfatizar as funções de controle da legislação e da CLT. As leis e os tribunais do trabalho funcionaram contra a classe trabalhadora ou mesmo contra a coesão na fábrica na medida em que fragmentaram os descontentes, tornando cada problema algo a ser resolvido entre o indivíduo e o empregador, com a mediação do Estado. Os industriais mais sofisticados entenderam isto e viram que os sindicatos reconhecidos e controlados pelo Estado poderiam ser usados para facilitar o desenvolvimento capitalista, ao limitar o conflito no trabalho e regularizar a situação laboral. Sob a CLT, com ajuda da repressão policial sobre as mobilizações ilegais, os sindicatos reconhecidos tornaram-se agências de serviços subsidiados pelo Estado, como atendimento médico e treinamento profissional, enquanto o principal papel das lideranças sindicais foi o de orientar os membros sobre os meios de encaminhar suas reclamações dentro da burocracia estatal. Para exemplificar, French usa o diário de um dirigente sindical do início dos anos 1960 e mostra que a sua principal atividade era a de interpretar a CLT para os filiados e ajudá-los a determinar em qual categoria de regulação estatal a sua situação se encaixava. Com efeito, para muitos membros, isto tornou-se um termômetro da efetividade do sindicato. Mas, mesmo com as greves dificultadas e os tribunais do trabalho ditando os termos e interpretações dos acordos coletivos, aqueles sindicatos que se beneficiaram de lideranças conscientes continuaram a desempenhar um importante papel de monitorar o cumprimento da legislação e dos acordos por parte dos patrões. As greves, como aponta Silva, foram crescentemente uma forma de transformar a "dádiva" em um "direito" e fazer respeitar esse direito.

Assim, seria um erro, e uma distorção da história, imaginar que a legislação trabalhista da década de 1930 foi essencialmente uma "conquista" resultante da luta de classes. Os trabalhadores simplesmente não eram tão poderosos naquela década. Se a CLT, nas palavras de Loner, condensava anos de esforços de trabalhadores por leis, em última análise, a realização deste projeto foi, acima de tudo, o produto da intervenção de um Estado cujos dirigentes perseguiam um programa em geral bastante diferente daquele dos próprios trabalhadores. Advogados jovens e socialmente conscientes, French sugere,

redigiram leis "semi-socialistas" que foram depois submetidas à execução "semi-fascista" de Vargas, produzindo um "conservadorismo progressista". Como a relativa ineficácia das leis e das novas agências ficou clara, muitos trabalhadores perderam as suas esperanças e participaram de uma onda de greves no país entre 1933 e 1935. Mas a violenta repressão dessas ações, a destruição dos comunistas, em 1935, o início do Estado Novo, em 1937, e os limites impostos sobre o trabalho por causa da guerra deixou os trabalhadores esgotados e o sindicalismo independente efetivamente desarticulado no início dos anos 1940.

Antes de deixar a década de 1930, no entanto, é necessário explorar um pouco mais as atitudes dos trabalhadores diante da legislação do trabalho e do Estado. Conforme sugerido, militantes da época, e desde então, tenderam a concentrar-se nas funções de controle das inovações de Vargas: o número limitado de sindicatos permitido em cada jurisdição, a dominação das lideranças por pelegos, o controle estatal da principal fonte de financiamento dos sindicatos (o imposto sindical), a contínua espionagem policial e a perseguição até mesmo das organizações autorizadas. Como resultado, muitos têm visto a CLT como um "embuste" e os militantes têm condenado os trabalhadores por "internalizarem [seu] discurso". Porém, a maioria dos trabalhadores não era militante³, e porque a legislação dava espaço aos sindicatos, os trabalhadores tiveram opções que, sem dúvida, lhes permitiu trilhar vários caminhos ao mesmo tempo. Por um lado, apesar das organizações do trabalho brasileiras terem notoriamente desconsiderado os problemas das mulheres, trabalhadores do sexo masculino ou feminino puderam procurar orientação dos sindicatos para solucionar problemas através dos tribunais do trabalho, disputas que normalmente estavam relacionadas à despedida injusta ou ao abuso de superiores. Simultaneamente, o mesmo trabalhador poderia buscar a solução coletiva de um problema coletivo, por exemplo, salários ou condições de trabalho, através de negociações diretas do sindicato com o patrão ou através de greves.

Em última análise, e talvez ironicamente, foi a própria inconsistência dos tribunais e da aplicação da lei que tornou possível que ambos, patrões e empregados, aceitassem a CLT. Os trabalhadores venceram com frequência suficiente para ver com seus olhos alguma legitimidade no sistema, mas não o bastante para incomodar inteiramente os empregadores. Assim, a ida de um trabalhador ao tribunal não era necessariamente

³ Um excelente filme a respeito disso é *Eles não usa Black-Tie*, dirigido por Leon Hirslman, 1983.

resultado da "falsa consciência", mas sim de uma escolha racional da tática com maior probabilidade de alcançar o resultado desejado em uma situação específica, ele ou ela queria uma solução não um confronto. Como resultado, e para a frustração dos militantes, os trabalhadores brasileiros, geralmente, se recusam a abandonar a CLT. Na feliz expressão usada por French, se o poder não está disponível, a lei pode ser melhor do que nada. Esta aceitação prática da CLT não necessariamente quebrou a unidade da classe, mas pode ter tornado os sindicatos reformistas mais atraentes do que os grupos militantes, isto porque estes atraiam menor repressão policial e porque eles poderiam ter mais sucesso dentro do sistema. Tanto Silva como Fortes enfatizam que tais organizações sobreviveram melhor à repressão nos anos 1920 e formaram o núcleo dos primeiros sindicatos reconhecidos pelo Governo sob a nova legislação após 1930.

Na medida em que a Segunda Guerra Mundial agonizava, o poder de Vargas enfraquecia e, em 1945, sob pressão popular e militar, ele caiu, iniciando uma era turbulenta. Antes de abrir mão do poder, no entanto, Vargas lançou as bases para um retorno rápido ao criar um novo partido trabalhista e anti-comunista, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e ao legalizar o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ambos lutaram pelo controle de um movimento operário ressuscitado. Apesar da repressão nos anos posteriores a 1935, células comunistas clandestinas sobreviveram em muitas fábricas e re-emergiram durante a lua-de-mel do período pós-guerra de 1945-7, não apenas no partido, mas no chãode-fábrica e como parte de organizações de bairro como, por exemplo, na luta contra a carestia. Embora divididos por diferenças programáticas em âmbito nacional, militantes do PTB e PCB cooperaram muitas vezes nas comunidades, com pôde ser verificado na região industrial do ABC em São Paulo. Mas como a Guerra Fria tornava-se mais intensa, o governo restabeleceu a proibição do Partido Comunista em 1947, embora os membros tenham aguardado seu ressurgimento em um crepúsculo de semi-legalidade após 1950. Nos termos da Lei 9.070, levada adiante pelo presidente Dutra, o trabalho mais uma vez se tornou "um assunto de polícia". A oposição a esta medida constituiu-se em um apoio renovado a Vargas, que retornou ao poder nas eleições 1950, a única eleição nacional que ele ganhou. Embora seja amplamente entendido que a impossibilidade de Vargas em atingir metas políticas importantes, durante este segundo mandato no poder, levou-o ao suicídio em 1954, Vargas - em concorrência com outros políticos como Ademar de Barros, Jânio Quadros e Jango Goulart – formalizou o trabalhismo como uma estratégia política e a "república populista"

como forma política que dominou o Brasil até 1964. Para surpresa de muitos, o populismo voltou cheio de vida em 1990, nas primeiras eleições livres após término de vinte e cinco anos de governo militar.

O livro Linhas de Montagem, de Antonio Luigi Negro, aborda a relação dos trabalhadores na indústria automobilística do ABC paulista com o trabalhismo durante os anos 1950 e 1960. Sua meta, diz ele, é revelar a história do período "em toda a sua complexidade", um objetivo que ele atinge plenamente, embora, ao fazê-lo, o autor ocasionalmente turva a exposição com um desrespeito pós-moderno pela cronologia. As variáveis centrais aqui são o desenvolvimento na composição da força de trabalho industrial e as formas como os seus membros reagiram às mudanças na economia e em sua situação de emprego. Durante a década de 1950, grande número de imigrantes deixou o empobrecido nordeste do país e veio para São Paulo. De maneira estereotipada, estes trabalhadores eram vistos como politicamente inexperientes, não entendiam o significado de "cidadania" e permitiam que os seus votos fossem manipulados por políticos carismáticos populistas; militantes do movimento sindical os viam como um "enigma". Negro, porém, argumenta que os imigrantes, bem como os trabalhadores nascidos localmente, tentaram perseguir os seus próprios interesses, fazendo escolhas prudentes e racionais entre os movimentos políticos e ideológicos que competiam por sua lealdade. Um deles era o comunismo. Embora estivessem na ilegalidade, os comunistas continuaram a trabalhar na indústria e a organizar as células e comissões de fábrica que buscaram contornar tribunais do trabalho e negociar diretamente com os empregadores. Curiosamente, a expansão econômica no início dos anos 1950 era tão rápida e a procura por trabalhadores qualificados tão grande que, segundo French, mesmo radicais conhecidos encontravam trabalho facilmente e espaço para propagandear. Na verdade, o adido trabalhista estadunidense admitiu que, se não fosse pela repressão policial, os comunistas dominariam os sindicatos, um aspecto que ele viu como um sinal claro da "imaturidade" dos trabalhadores brasileiros.

Uma segunda corrente foi o capitalismo de bem-estar. Enquanto Silva documenta os primeiros experimentos de Simonsen em Santos nos anos 1920, Fortes mostra que os empregadores, como ocorreu na Renner e VARIG, estabeleceram políticas de bem-estar na década de 1930 e 1940 e que, desde 1930, os industriais em São Paulo financiaram

instituições de bem-estar e de treinamento como SESI e SENAI⁴, destinadas a melhorar a qualidade da sua força de trabalho e mantê-la longe da militância. Um terceiro conjunto de recursos para os trabalhadores envolve os esforços do governo dos Estados Unidos em divulgar a Organização Regional Interamericana dos Trabalhadores (ORIT), e mais tarde o American Institute for Free Labor Development (AIFLD), como parte da ofensiva resultante da Guerra Fria na América Latina para avançar a causa do "livre sindicalismo", o estilo sindical "bread and butter" (pão com manteiga) norte americano, sindicatos livres do envolvimento comunista e da manipulação do governo. E, finalmente, os sindicatos autorizados pelo governo que haviam sido estabelecidos pela CLT e eram dominados por lideranças pelegas, herdadas dos anos Dutra, e ainda atraiam apoio de alguns trabalhadores.

A lealdade à empresa e a um projeto nacional de desenvolvimento também competiu com as organizações sindicais pela atenção dos novos trabalhadores da indústria. Ser empregado em uma fábrica paulista era um incremento dramático para muitas de suas experiências anteriores marcadas pela pobreza rural ou em pequenas cidades, e muitos destes trabalhadores tiveram orgulho em participar no processo de modernização: "Cinquenta anos de progresso em cinco" foi o slogan do presidente Juscelino Kubitschek (1956-61). De acordo com Negro, muitos desses trabalhadores aderiram a greves, e se o fizeram foi mais por razões de solidariedade para com o seu grupo imediato de colegas de trabalho do que por convicções ideológicas. Mas seu compromisso com as empresas oscilou, no final dos anos 1950, com a supressão de postos de trabalho e a queda real dos salários. Assim, quando a economia enfraqueceu, a inflação explodiu e a subsistência dos trabalhadores ficou ameaçada pelo facão da supressão de postos de trabalho, os trabalhadores da indústria automobilística de São Paulo – tal como os trabalhadores de Santos descritos por Silva nas décadas anteriores - ficaram divididos acerca do melhor caminho a ser seguido. Por outro lado, políticos que tinham feito a sua carreira imaginando que manipulavam os pobres em São Paulo descobriram, no início dos anos 1960, que para sobreviver teriam de responder com eficácia às demandas cada vez mais sofisticadas dos trabalhadores.

⁴ SESI (Serviço Social da Industria); SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). Ver Barbara Weinstein, *For Social Peace in Brazil*: Industrialists and the Remaking of the Working Class of São Paulo, 1920 – 1964 (Chapel Hill, 1996). N.T. (Re)Formação da Classe Trabalhadora no Brasil (1920 - 1964). São Paulo: Cortez: CDAPH-IFAN – Universidade São Francisco, 2000.

O aumento crescente da consciência e do ativismo do trabalhador, juntamente com as preocupações em torno da Guerra Fria, favoreceu a intervenção militar no governo em 1964, para o imenso alívio das elites brasileiras e do governo dos Estados Unidos. Mas a história, é claro, segue caminhos involuntários ou, pelo menos, inesperados. Contra todas as expectativas, o regime militar não revogou a CLT ou aboliu os sindicatos, embora os novos governantes substituíssem as lideranças de sindicatos que não eram consideradas suficientemente dóceis e tornassem mais fáceis as demissões de trabalhadores. Em outras palavras, em vez de acabarem com a CLT, os militares enfatizaram os aspectos de controle, antecipando a criação da sua própria versão do trabalhismo, que pensaram ajudar no controle de salários e da inflação, na modernização da classe trabalhadora para servir ao seu conceito de um "estado de segurança nacional". Eles esperaram trazer os trabalhadores para o seu lado não só através do nacionalismo e do anti-comunismo, mas por meio de medidas concretas tais como atendimento a saúde e melhores oportunidades de trabalho, resultantes daquilo que se tornaria conhecido como o "Milagre [econômico] Brasileiro". Os militares e os seus aliados civis tentaram conquistar o voto da classe trabalhadora dentro de uma "democracia" controlada ou limitada que expiaria de uma vez por todas o populismo do corpo político do Brasil. Em prejuízo desses planos, muitas pessoas, dentre as elites industriais e a polícia política, utilizaram a oportunidade apresentada pela intervenção militar para reprimir sistematicamente os trabalhadores, afastando assim, ou ao menos debilitando, os próprios indivíduos e grupos cujo apoio os militares esperavam cultivar.

O governo dos Estados Unidos considerava o regime militar, que chegou ao poder com o golpe de 1964, como uma "contribuição para a democracia brasileira". O fracasso do trabalho organizado em efetivamente dar suporte ao governo eleito, em 1964, conforme apontou o adido trabalhista, demonstrou a "artificialidade" e a natureza *top-down* do trabalhismo e do sindicalismo populista. Ao contrário, o programa da Aliança para o Progresso iria formar lideranças sindicais "não-políticas". Mas o "legalismo excessivo" do Brasil, lamentou-se o adido, protegeu as atividades de trabalhadores e esquerdistas, permitindo assim que os militantes se infiltrassem nos sindicatos e revivessem as comissões de fábrica, que foram "estupidamente" reconhecidas pelos tribunais do trabalho. No final da década de 1960, no entanto, uma economia instável e a inflação crônica prejudicaram tanto o sindicalismo oficial como o "livre sindicalismo" e resultou em uma crescente agitação no nível das bases. Isto resultou nas greves de Osasco (São Paulo) e Contagem (Minas Gerais),

em 1968, eventos que se desenvolveram a despeito das lideranças sindicais e do Estado. Na esteira destes surtos, no entanto, o governo agiu rapidamente para anular os acordos salariais que não estavam sintonizados com as políticas monetaristas oficiais. Estas medidas, combinadas com a repressão, "enterraram" o trabalho organizado até a próxima década, de acordo com o Negro.

As greves de 1968 foram importantes não só porque demonstraram que o sindicalismo independente havia sobrevivido, mas também porque apresentaram uma questão central do movimento dos trabalhadores no Brasil moderno: a continuidade. Alguns militantes, nos últimos anos, tenderam a ver o passado através da lente do que eles entendem como o fracasso de 1964 e esta perspectiva levou-os a concluir que a intervenção estatal característica do período, desde o início dos anos 1940 até 1960, tinha confundido e dilacerado o movimento operário. Os dirigentes do "novo sindicalismo", que emergiu em 1978 e ganhou ímpeto ao longo da década seguinte, supunham, às vezes afirmavam, que aquele movimento era algo totalmente novo no Brasil, ou ao menos um regresso ao sindicalismo genuíno do período pré-1930, e rejeitaram categoricamente qualquer ligação com o populismo ou o trabalhismo. No entanto, vários dos autores dos livros aqui analisados concluem precisamente o oposto: os objetivos do sindicalismo ativo, mais especificamente, muitas das táticas de organização e luta são claramente herdadas do passado. É incorreto associar a greve dos "300.000", em 1953, e a dos "400.000", em 1957, por exemplo, só com piquetes e formas de violência de rua que justificavam a repressão policial. De fato, as "greves brancas" e a organização de comissões no chão de fábrica, o que os sindicalistas do pós-1978 pensavam ter inventado, eram claramente herdadas do passado, um passado em parte transmitido por militantes comunistas que haviam sobrevivido aos expurgos anteriores.

Para o público de língua inglesa ou que não dispõe de tempo para trilhar através das narrativas por vezes muito detalhadas de vários desses livros, *Drowning in Laws* de John French é um excelente recurso. Centrando-se nas relações entre trabalhadores e Estado condicionadas pelo funcionamento da CLT, French traz idéias inovadoras para a maioria das questões fundamentais da história do trabalho no Brasil durante os anos de 1930 a 1964. Além disso, ele faz bom uso de entrevistas e história oral e tem apresentado fontes indisponíveis para outros historiadores, resultado de seus muitos anos em contato com dirigentes sindicais e operários no Brasil. Em suma, ele mostra que os trabalhadores

brasileiros têm muitas vezes "suspendido a descrença" a fim de utilizar a CLT e os "espaços" que ela oferece, sem necessariamente iludirem-se com a sua validade. "Ela é", ele conclui, citando um outro historiador, "e não é, uma piada. É uma grande farsa".

O que talvez seja o mais impressionante em tudo isto é a medida que essas elites brasileiras, que controlavam o Estado – sejam elas "esquerdistas", populistas ou oficiais militares de direita – presumiram que poderiam manipular os trabalhadores do Brasil para apoiar sua política de classe ou grupo, pelo menos potencialmente, em benefício de seus próprios interesses. Os esforços neste sentido envolveram uma retórica populista e apelos ao nacionalismo e ao desenvolvimento nacional bem como ao capitalismo de bem estar e ao "sindicalismo livre" estadunidense. Mas porque as elites não confiaram inteiramente na eficácia de tais táticas de manipulação e compreenderam que os repetidos apelos à mobilização dos trabalhadores ameaçavam despertar um verdadeiro espírito de classe, elas também continuaram a apoiar um extenso aparato repressivo regido pelo Estado. O resultado foi uma situação bizarra, na qual um sistema progressivo das leis trabalhistas e tribunais, simbolizados na CLT, coexistem com a violência policial — incluindo a tortura e o assassinato — dirigidos contra os próprios sindicatos cujo trabalho é referendado por essas mesmas leis; a contradição resultante continua a nutrir um enorme cinismo em torno da legislação, o Estado e a política.

A nova historiografia do trabalho no Brasil rejeita categoricamente a velha descrença da elite de esquerda com relação aos trabalhadores e aos pobres que, presumia-se, eram fáceis de enganar. Em vez de ver o populismo e o trabalhismo como a manipulação vinda de cima sobre os trabalhadores ignorantes ou inocentes, os autores examinados aqui compreenderam a política trabalhista e a disposição dos trabalhadores em participar destes acordos como trocas negociadas entre trabalhadores e políticos, com uma variedade de resultados reais e possíveis. Os trabalhadores fizeram escolhas conscientes, mesmo que não fossem sempre as escolhas que os militantes esperassem que fossem feitas, e eles continuaram a utilizar a CLT, agora incorporada à Constituição de 1988. O apoio aos políticos populistas e o recurso aos tribunais do trabalho não foram exemplos de "falsa consciência", mas sim de escolhas racionais com base naquilo que foi possível ou disponível no momento. Os trabalhadores brasileiros fizeram por vezes más escolhas, lutaram entre si e apoiaram líderes políticos que os traíram e os desapontaram. Mas isto foi e é parte integrante da formação e do desenvolvimento efetivo da consciência de classe.